

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.597 - BA (2019/0356974-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : EDENILSON GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADO : EDENILSON GONCALVES DOS SANTOS - BA056812
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : VANDERSON SILVA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de **Vanderson Silva de Oliveira** contra ato coator da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, que denegou a ordem lá impetrada, mantendo a segregação cautelar do paciente pela suposta prática do crime do art. 121, § 2º, III e VI, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

Tem-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime do art. 121, § 2º, III e VI, c/c o art. 14, II, do Código Penal, tendo o magistrado de piso homologado a prisão em flagrante em preventiva (fls. 12/13 - Processo n. 375-34.2018).

Sob alegação de excesso de prazo na formação da culpa, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante o Tribunal de Justiça, que, por sua vez, denegou a ordem (fls. 34/53).

Daí o presente *writ*, em que se alega constrangimento ilegal na prisão preventiva do paciente, em razão do excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, assim, a concessão liminar da ordem para revogar a prisão preventiva, em virtude do excesso de prazo na formação da culpa.

É o relatório.

De imediato, não vislumbro flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar, mormente porque, tem-se do acórdão ora impugnado que (fls. 40/41):

[...] No caso, o processo segue trâmite regular, dentro da razoabilidade, sem inércia da prestação jurisdicional ou negligência da autoridade impetrada, tendo o douto magistrado asseverado em suas informações *a quo* que o Paciente se

Superior Tribunal de Justiça

manteve inerte ao ser intimado para apresentar resposta à acusação e, assim, decorreu o prazo para apresentação da sua defesa preliminar, tendo posteriormente o Juiz *a quo* nomeado Defensor Dativo (ID 4411994):

“(…) O Auto de Prisão em Flagrante foi analisado no Plantão Judicial, onde, após o parecer Ministerial, houve a homologação e foi decretada a prisão preventiva de Vanderson Silva de Oliveira (...). Devidamente citado (fls.59), decorreu o prazo sem que fosse apresentada a defesa preliminar do paciente, sendo nomeado um defensor dativo, o qual apresentou a defesa prévia de (...) .” fls. 68/69.

Sobre o tema o ilustre representante do Parquet aduziu em seu Parecer de nº7.529/2019 (ID 4512149):

“(…) *In casu*, verifica-se que a demora no curso processual ocorreu, inicialmente, pela inércia do Paciente em apresentar sua resposta a acusação, tendo sido necessária a nomeação de um defensor dativo para a defesa do Paciente (...)”.

Ademais, analisando-se os autos da ação penal de n.º 0000375-34.2018.8.05.0170, verifica-se que se trata de processo que demandou a necessidade de expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas, circunstâncias que podem provocar certa demora na instrução criminal, sem configurar o alegado excesso de prazo.

[...]

Impende destacar que na linha do posicionamento emanado dos Tribunais Pátrios, em casos como o dos autos, a necessidade da custódia exsurge da própria gravidade do delito, conquanto expressão objetiva da periculosidade do Paciente, que tentou contra a vida de sua companheira, tendo desferido 15 golpes de faca em várias partes do seu corpo como rosto, nuca, pescoço, orelha, olho e costas.

Pois bem, a jurisprudência do STJ é firme em asseverar que *o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais*. (Precedentes do STF e do STJ) – RHC n. 58.274/ES, Quinta Turma, Ministro Felix Fischer, DJe 17/9/2015.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas, preferencialmente, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Superior Tribunal de Justiça

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

